

**PUBLICAÇÃO - DESPACHO****DESPACHO DE NÃO ADMISSIBILIDADE E  
ARQUIVAMENTO DE CONSULTA  
(ART. 300, §3º, DO RITCM/PA)**

PROCESSO Nº 201803162-00

ASSUNTO: CONSULTA

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO: CASTANHAL

Trata-se do Ofício/Gab/Presidente nº 101/2018, encaminhado pela Presidente da Câmara Municipal de Castanhal, Luciana Castanheira Sales, recebido neste Tribunal como Consulta, com amparo no Art. 300, *caput*, do RITCM-PA (Ato nº 16/2013), pela qual requer manifestação desta Corte sobre a seguinte questão:

O Ato de Fixação da remuneração dos Vereadores da referida Câmara, que fixou o subsídio dos mesmos, no valor de R\$ 12.661,13 (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e treze centavos), para o período 2017/2020 – Resolução Legislativa nº 004/2016, de 30/08/2016 - foi cadastrado neste Tribunal, através da Resolução nº 12.998/2017, de 28/03/2017.

Ocorre, todavia, que após o resultado das eleições, alega a consulente, que a Câmara emitiu a Resolução nº 005/2016, de 07/11/2016, a qual revogou a anterior, de nº 004/2016, e estipulou o valor de R\$ 11.775,32 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos), valor este que corresponde ao anteriormente pago.

Diante do exposto questiona:

1 – É direito dos vereadores receberem como subsídio o valor de R\$ 12.661,13 (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e treze centavos)?

2 – Os valores retroativos das diferenças financeiras entre os subsídios até então pagos, em relação ao valor de R\$ 12.661,13, podem ser pagos aos senhores vereadores?

Acrescenta que o limite de gasto com a folha de pagamento, estabelecido no §1º, de Art. 29-A, não será afetado com a implementação do valor cadastrado neste Tribunal, mesmo considerando a possibilidade do pagamento da diferença retroativa.

O Município de Castanhal encontra-se afeto a minha relatoria, no exercício em questão, conforme a distribuição feita na Ata 63/2016, de 06/10/16, que dispôs sobre a relação dos municípios por Conselheiro Relator.

**DA ADMISSIBILIDADE**

A consulta vem formulada por autoridade competente e sobre matéria objeto de controle externo. Apesar disso, não preenche o requisito de admissibilidade previsto no Inciso II, do Art. 298, do Regimento Interno, por tratar-se de caso concreto. Além do que, não possui, sequer, conteúdo de repercussão geral para ensejar o permissivo do §2º, do Art. 300, do mesmo diploma.

De outra banda, o VOTO condutor da decisão que “cadastrou”, a Resolução Legislativa nº 004/2016, Processo nº 201610749-00, de 30/08/2016, da lavra do Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas, resultou na Resolução nº 12.998/2017, dirime qualquer dúvida sobre o assunto suscitado, e enquadra-se na previsão do Art. 301, §2º.

Por essas razões, NÃO ADMITO a presente consulta, e determino o seu ARQUIVAMENTO, no termo do §3º, do Art. 300, do mesmo Regimento, após notificação do interessado.

Indico, porém, a título de ORIENTAÇÃO, o *supra* citado VOTO do Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas – Resolução nº 12.998/2017, o qual seguirá anexo ao presente Despacho.

Com isso, espera-se ter apresentado a direção normativa para a adequação do caso concreto relatado, posto já existir, nos moldes do previsto no Art. 301, §2º, sobre o assunto, decisão Plenária desta Corte.

**CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, sugere-se o arquivamento desta consulta, no permissivo do §3º, do Art. 299, do Regimento Interno deste Tribunal, com a ciência do consulente, bem como que sejam encaminhadas cópias aos Conselheiros Substitutos, responsáveis pela análise de Atos de Fixação, para conhecimento.

Ressaltando, é claro, que a devida observância dos limites Constitucionais, serão observadas no momento adequado.

Belém, 16 de abril de 2018.

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES  
CONSELHEIRO RELATOR